

A IMPLEMENTAÇÃO DA UAB NA CIDADE DE SÃO PAULO COMO POLÍTICA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

São Paulo - SP - Maio/2015

Adriana de Cássia Moreira - Secretária Municipal de Educação da Cidade de SP

adricasmor@gmail.com

Claudinéia Soares de Oliveira Nicolau - Secretária Municipal de Educação da Cidade de

SP - cacaunicolau@yahoo.com.br

Elza de Lourdes Ramello - Secretária Municipal de Educação da Cidade de SP

elzaramello@yahoo.com.br

Estela Cristina Zanotti Ataíde - Secretária Municipal de Educação da Cidade de SP

estelazanotti@yahoo.com.br

Maria Elisa Frizzarini - Secretária Municipal de Educação da Cidade de SP

mefrizzarini@gmail.com

Marilisa de Fátima Leone - Secretária Municipal de Educação da Cidade de SP

marileone1@hotmail.com

Samira Dias Santana Nascimento - Secretária Municipal de Educação da Cidade de SP

samisantanna@gmail.com

Valdirene Pires Floriano - Secretária Municipal de Educação da Cidade de SP

vfloriano@prefeitura.sp.gov.br

Vanessa Carelli Gentile Carvalho - Secretária Municipal de Educação da Cidade de SP

vanessacgentile@gmail.com

Zilda Borges da Silva - Secretária Municipal de Educação da Cidade de SP

zildaborgesdasilva@ig.com.br

Classe: Experiência Inovadora (EI): Estudo de Caso

Setor Educacional: Educação Superior

Classificação das Áreas de Pesquisa: Nível Macro: Sistemas e Instituições
EaD

Natureza: Descrição de projeto em andamento.

Resumo

O presente trabalho descreve a implantação, implementação e o funcionamento dos anos inaugurais dos trinta e dois Polos de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil na Cidade de São Paulo. Cabe destacar que a estratégia que estabelece uma rede de Polos UAB na cidade, objetiva a democratização do acesso das populações marginalizadas ao Ensino Superior de qualidade, bem como o estabelecimento desses Polos UAB em regiões caracterizadas por elevados índices de vulnerabilidade social, via de regra, desatendidas por equipamentos públicos de qualidade. Estabelece um novo parâmetro de centros de produção de conhecimento, na medida em que essas regiões sempre correram ao largo da produção cultural e, em particular, acadêmica da Cidade de São Paulo.

Palavras-chave: UAB; Universidade Pública; Ensino Superior; acesso; CEU; educação; vulnerabilidade; ensino à distância.

Agradecimentos: SME - SP, Joane Vilela Pinto.

INTRODUÇÃO

Segundo Aldaiza Sposati (1996), a sociedade brasileira tem como uma de suas principais características, o processo de exclusão que, de acordo com suas análises significa que a pobreza, a discriminação negativa, a subalternidade, a vitimização pela violência, a impossibilidade de acesso aos bens culturais, econômicos e a não representação no espaço público são questões determinantes da vida na sociedade Brasileira.

Os elementos trazidos por Sposati, para compreensão da sociedade brasileira como horizonte e as análises dos indicadores sociais desagregados por raça e gênero, desenvolvidos por Ricardo Henriques (2002) evidenciam que as desigualdades presentes no Brasil são elementos contundentes para os questionamentos relacionados às condicionantes de privilégios organizadores da sociedade brasileira e que historicamente foram denunciadas pelo movimento social, negro e de mulheres.

Dentre os fatores preponderantes que determinam a posição das pessoas na estrutura social, a escolaridade ocupa papel decisivo. O que equivale dizer, segundo o autor, que o grau de escolaridade implica necessariamente na possibilidade de mobilidade social ascendente na sociedade brasileira.

Desse modo, um dos maiores desafios a ser enfrentado pela nossa sociedade, diz respeito à elevação do nível da escolaridade da população em geral, em particular dos grupos sociais que historicamente foram alijados dos processos de educação formal.

Nesse sentido, a Cidade de São Paulo impõe, como uma de suas principais tarefas, a inclusão dessas populações dentro do sistema de educação formal e, por isso, na Secretaria Municipal de Educação há frentes de trabalhos preocupadas não apenas com o acesso e acolhimento democrático à educação básica, mas também, desde o ano de 2013, criou-se uma frente de trabalho exclusiva para se dedicar à inclusão da população em geral, e dos grupos sociais no Ensino Superior.

Marilena Chauí (2013) assevera que o Ensino Superior no Brasil, e em particular na Universidade Pública, não somente, mas, sobretudo, durante os anos 90, passou “a funcionar como uma espécie de variável flutuante do modelo econômico que ora é estimulada com investimentos, ora é desestimulada com severos cortes em seus orçamentos, segundo critérios totalmente alheios à educação e à pesquisa” de maneira que passou a responder às necessidades impostas pelo capital, desvinculando e desarticulando o tripé fundamental do Ensino Superior que é a Pesquisa, o Ensino e a Extensão.

Empreendeu-se, assim, de acordo com Chauí, um processo acelerado de desmonte do sistema público de ensino e a sobrevalorização do ensino privado, aumentando o processo de exclusão social, o que na prática configurou o que a autora nomeia por ideologia da competência

Na medida em que essa ideologia está fundada na desigualdade entre os que possuem e os que não possuem o saber técnico-científico, este se torna o lugar preferencial da competição entre indivíduos e do sucesso de alguns deles contra os demais (...). Dessa maneira, a universidade alimenta a ideologia da competência e despoja-se de suas principais atividades: a formação crítica e a pesquisa” (CHAUÍ, 2013, pag. 58)

Na contramão deste processo de clivagem social que ampliava o distanciamento entre as camadas sociais e reduzia as possibilidades de mobilidade ascendente, tendo em vista a impossibilidade dos grupos sociais subalternizados acessarem o Ensino Superior, o Ministério da Educação, no ano de 2005, criou o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB) que buscava a ampliação e interiorização do ensino superior por meio da educação a distância, tendo como prioridade ofertar a formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública que não possuam graduação e também a formação contínua dos demais profissionais que atuam no sistema educacional público, objetivando ainda, reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior e desenvolvendo um amplo sistema nacional de educação superior à distância.

A Secretaria Municipal de Educação da Cidade de São Paulo (SME-SP) tendo sempre no horizonte de trabalho, a humanização das relações no âmbito da educação institucional, a compreensão de que a educação é um bem cultural que se dá sempre em condições de troca entre educador (a)-

educando (a), levando em conta a importância do processo de formação holística e contínua de todos os cidadãos e cidadãs de São Paulo, entendeu que, para atender uma das questões prementes para que se alcance a esses horizontes, faz-se necessário que haja políticas públicas que venham garantir a ampliação da oferta bem como a criação de mecanismos que garantam o acesso e qualidade social da educação pública e gratuita como direitos a serem firmados pelo Estado e por isso adotou como uma de suas estratégias de ação conveniar-se ao programa Universidade Aberta do Brasil (UAB).

A Cidade de São Paulo, via Secretaria Municipal de Educação, no ano de 2013, assinou um convênio com o Ministério da Educação e realizou a implantação dos Polos UAB nos Territórios CEUs por compreender que a política da UAB está alinhada a um projeto de educação que tem em conta as dinâmicas das realidades locais das comunidades empobrecidas, potencializando o protagonismo das diferentes gerações que dão vida e singularizam esses territórios: idosos(as), crianças, jovens, educadores(as), ou seja, todos (as) os (as) atores (as) locais que aos poucos, passam a ser reconhecidos enquanto autores (as) de um projeto educativo em seu bairro/cidade, produzindo sentidos de pertencimento positivo, construindo, dessa maneira, sujeitos (as) empoderados (as) e autônomos que possam, diante de condições adversas em que estão inseridos, subverter o que historicamente lhes foi ofertado.

Quando de sua implantação na Cidade de São Paulo, no ano de 2003, o Programa CEU foi criado por meio de uma ação governamental intencional, com a finalidade de reverter o quadro de exclusão social, levando em conta, inclusive, a localização do equipamento que

objetiva atender à finalidade central do projeto: transformar o acentuado quadro de exclusão social, cultural, tecnológica e educacional vivido, principalmente nas regiões periféricas da cidade. Como polo de desenvolvimento da comunidade, o CEU integra experiências culturais, configurando-se também como um espaço de referência e de inovação das experiências educacionais, a serem compartilhadas com as demais escolas da região (Moacir Gadotti, 20, pg.4)

A Secretaria Municipal de Educação da Cidade de São Paulo, por sua vez, impulsionou um movimento para encurtar as distâncias e ampliar a natureza dos relacionamentos do movimento dialético-dialógico do processo

educativo e, nesse sentido, a EaD, que desde 2005 fora implantada como estratégia no nível macro da educação brasileira, foi adotada no nível municipal para que se garantisse o atendimento às populações historicamente marginalizadas. A UAB surge como maneira de levar as IES públicas a lugares remotos do território nacional onde as populações nativas raramente conseguiriam conceber-se inseridas.

A tecnologia da informática e a utilização da Rede Internacional de Computadores aparecem no curso dessa ação como ferramentas do processo educativo, tendo em vista o encurtamento das distâncias, isto é, enquanto um novo caminho para se ensinar, mas que, todavia, não desconsidera as relações humanas e a produção crítica do conhecimento vinculada historicamente às Universidades Públicas e, por extensão, aos seus currículos e exigências, que, por sua vez, são mantidos na modalidade à distância, bem como sua produção na condição de centros de pesquisas científicas de ponta.

Ainda assentados sobre as bases construídas por Freire quando considera que

Uma das tarefas da prática educativo-progressiva é o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita, indócil. Esta curiosidade nos defende de irracionalismos ou do excesso de racionalidade neste mundo extremamente tecnologizado; nos coloca diante da tecnologia de forma criticamente curiosa, sem divinizar-lá nem diabolizar-lá (Freire, pg 32).

Assim a implantação da Universidade Aberta do Brasil nos territórios educativos dos CEUs, afirma-se como política pública que visa melhorar a qualidade de vida social para além dos muros da escola, construindo ferramentas para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais, raciais, de gênero, geracionais e de classe que afetam a vida dos(as) moradores(as) das periferias do Brasil, no sentido de procurar a superação das desigualdades.

Sawaia, ao comentar sobre os processos de exclusão afirma que

Epistemologicamente, significa colocar no centro das reflexões sobre exclusão, a ideia de humanidade e como temática o sujeito e a maneira como se relaciona com o social (família, trabalho, lazer, e sociedade), de forma que, ao falar de exclusão fala-se de desejo, temporalidade e de afetividade ao mesmo tempo de poder, de economia e de direitos sociais. (Bader Burihan Sawaia, 2001, pag 57)

É deste ponto de vista, de compreender o desenvolvimento da vida humana, para além da materialidade objetiva imediata, mas também das

condições necessárias para que as pessoas possam se desenvolver em sua integralidade e na plenitude das possibilidades positivas da humanização que os Polos de Apoio Presencial da UAB foram inseridos na rede de educação municipal.

A Cidade de São Paulo considera, então, que a constituição de um sistema de universidades públicas, gratuitas e com qualidade social, de iniciativa dos governos Federal e Municipal, seja uma contraposição efetiva de política pública aos determinismos sociais justificados por uma organização social demarcada por variáveis interdependentes (raciais, econômicas, de gênero e geração) e amplia consideravelmente o número de vagas no ensino superior, potencializando por extensão, através dos Polos UAB, o desenvolvimento sustentável das regiões nos quais estão inseridos.

Na senda aberta pela UAB, a Cidade de São Paulo vem ao encontro de uma concepção inclusiva de educação e apresenta notoriamente a preocupação com a elevação da qualidade da educação básica nacional através de um grande investimento na formação de seus educadores e educadoras, pois que

faz parte da natureza docente, a indagação, a busca, a pesquisa; ser professor-pesquisador não é uma qualidade. É uma exigência. A pesquisa faz passar da curiosidade ingênua (que caracteriza o senso comum) para a curiosidade epistemológica” (FREIRE, 2 p.29).

A Cidade de São Paulo, implantou e está implementando, assim, trinta e dois (32) Polos de Apoio Presencial da UAB na Cidade de São Paulo, em 2 anos. São estas as primeiras unidades acadêmicas que apoiarão os cursos e programas ofertados à distância por universidades de ensino superior públicas, semipresenciais, criando a possibilidade da população do entorno dos CEUs, formada de trabalhadores e trabalhadoras, enxergar-se como parte de uma sociedade, que, embora no passado recente, estivesse à margem dos processos de escolarização formal, começa a ampliar seus horizontes dentro de uma perspectiva de autonomia e intervenção positiva de sua realidade numa perspectiva de empoderamento sobre a tomada de decisões referentes à sua própria região e garantir a interferência e participação nos acontecimentos fundamentais que decidem os rumos do País.

REFERENCIAL TEÓRICO:

No bojo das reflexões sobre a importância da implantação da Universidade Aberta do Brasil na Cidade de São Paulo como política de democratização do Ensino Superior, enfrentamento das vulnerabilidades e investimento na Educação Básica através de um processo intenso de formação de(as) educadores(as), a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo passou a entender a necessidade de pensar o papel dos CEUs, nos territórios educativos a partir das perspectivas teórico metodológicas do seguintes pesquisadores, a saber: Singer (2015), Doria e Perez (2007), Sposati (1996), Sawaia (2001) e Ricardo Henriques (2002) sobre os processos de exclusão e vulnerabilidades; a reorganização da Rede Municipal de Educação com o Programa Mais Educação São Paulo (2014); Freire (1996) nas discussões acerca da formação de professores(as); Gadotti e Padilha (2004) nas discussões sobre a cidade educadora, dentre outros.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS:

Dentro do Programa de Governo da atual gestão da PMSP, democraticamente eleito pela maioria da população que compartilha de um projeto de cidade humanizada e educadora, em cumprimento à meta 14 do Plano de Metas de Governo da Cidade de São Paulo, havia a proposta da implementação efetiva de trinta e um (31) Polos de Apoio Presencial UAB, estando no presente momento, com 32 Polos em pleno funcionamento.

Para a efetivação desta meta, a Secretaria Municipal de Educação partiu do princípio de que UAB vem ao encontro de uma concepção democrática, holística e inclusiva que se inicia quando da implantação dos CEUS na Cidade de São Paulo. Os polos inaugurados compartilhando destes espaços educativos inserem a ideia de que o equipamento CEU abarca, além das manifestações de educação básica e da educação informal, do fortalecimento das práticas culturais locais e a ampliação de repertórios, práticas esportivas e de lazer, agora também, traz para a discussão a ideia do “Território CEU” como um espaço de vivência e produção acadêmica e pesquisa científica cravados nas periferias mais distantes dos centros de produção cultural e, em particular, acadêmica e hegemônica na Cidade de São Paulo.

No ano de 2015, com a efetivação de nove Coordenadoras CAPES, a Secretaria Municipal de Educação fundou, a princípio, o GT9, Grupo de Trabalho que se encontra uma vez por semana, a fim de pensar a incorporação da Universidade Aberta do Brasil como Política Pública de ampliação e acesso às IES Federais e Estaduais.

Diante deste quadro, iniciaram-se as discussões acerca das estratégias de governo para a ação formativa, administrativa, organizacional e consolidadora do Programa através do debate, estudo e aprofundamento das orientações normativas, no sentido da construção de um regimento que abarque efetivamente sua grandeza, considerando ser a Cidade de São Paulo a única a possuir uma rede interligada de Polos UAB.

APRESENTAÇÃO:

A UAB é formada por um sistema integrado de universidades públicas que oferece cursos de nível superior, aperfeiçoamentos, especializações e mestrados profissionais por meio do uso da metodologia da educação à distância.

Na Cidade de São Paulo foram implantados dezoito Polos em 2013, e quatorze Polos em 2014. A implantação da UAB foi realizada no contexto do Plano de Metas proposto pela PMSP e sua efetivação é uma ação que tem contribuído para a elevação da formação dos profissionais de educação e para o enfrentamento das vulnerabilidades educacionais.

OBJETIVOS:

Com este trabalho, objetivamos apresentar a maneira como a Prefeitura do Município de São Paulo compreende a UAB, isto é, como uma estratégia afirmativa de proporcionar o acesso ao ensino superior de qualidade das populações historicamente alijadas dos processos de educação formal e fortalecimento dos profissionais da educação da Cidade.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS:

A Secretaria Municipal de Educação da Cidade de São Paulo em convênio com o Ministério da Educação – MEC implantou trinta e dois Polos de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil - UAB. São 235 cursos, sendo 31 aperfeiçoamentos, 40 licenciaturas, 10 bacharelados e 154 especializações, com a parceria de dez universidades.

No ano de 2014, os Polos tiveram 15.382 alunos inscritos nos cursos, sendo 5.057 alunos matriculados nos cursos iniciados desde o início do ano. Já houve a formatura da primeira turma UAB na cidade de São Paulo do curso de especialização em “Informática em Saúde” oferecido pela UNIFESP. A previsão é de 11.155 vagas ofertadas para o ano de 2015.

CONCLUSÕES:

Na cidade de São Paulo, a UAB está implantada nos Territórios CEUs e em diálogo constante com os CEIs, EMEIs, EMEFs e ETECs presentes. Esta integração de instituições educacionais constitui múltiplas possibilidades de integração junto à comunidade dos territórios, pois contribui para a formação dos(as) atores (as) dos território a partir dos anseios e necessidades formativas da comunidade, visto ser de suma importância considerar os saberes e conhecimentos locais produzidos na relação da escola com a comunidade, com os conhecimentos científicos produzidos e acumulados historicamente.

RECOMENDAÇÕES:

Para além da inclusão da população segregada, há que se rever também as estratégias e métodos necessários para que o acolhimento seja efetivamente democrático e que essa inclusão se dê, para além da conquista do certificado, mas que seja reconhecido como uma vitória da coletividade e como um meio para consolidação da construção do conhecimento legítimo e eticamente comprometido. A UAB, nesse processo, é uma das possíveis

estratégias para a articulação de territórios educadores e a conquista de uma vida digna para todos (as).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CHAUÍ, Marilena. A ideologia da competência. São Paulo: Autêntica, 2013.

DÓRIA, Roberto (Org). Educação, CEU e cidade: Breve História da Educação Pública brasileira nos 450 Anos da Cidade de São Paulo- Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo.

HENRIQUE, Ricardo. Raça e gênero nos sistemas de ensino: os limites das políticas universalistas na educação. Brasília: UNESCO, 2002.

São Paulo (SP). Secretaria Municipal de São Paulo. Diretoria de Orientação Técnica. Programa Mais Educação São Paulo: subsídios para a implantação/ Secretaria Municipal de Educação. São Paulo: SME/DOT, 2014.

SAWAIA, Bader. As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. 2ªed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários para a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura).

GADOTTI, Moacir; PADILHA, Paulo Roberto; CABEZUDO, Alicia (Org). Cidade Educadora: princípios e experiências. São Paulo, Ed. Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

SPOSATI, Aldaiza. Mapa de Exclusão/Inclusão Social de São Paulo. São Paulo, EDUC, 1996.

SINGER, Helena. Território educativo: experiências em diálogo com o Bairro-Escola. São Paulo: Moderna, 2015.